SYLVIO PIZA PEDROZA

POLÍTICA E CULTURA

Dois Vultos Potiguares

- **PEDRO VELHO**
- **LUÍS DA CÂMARA CASCUDO**

3.2)-94
p
Ex.01 F000231

RIO DE JANEIRO
1989

FARN

PEDRO VELHO E A REPÚBLICA DO RIO GRANDE DO NORTE

Meus Senhores:

Procuro encontrar a razão de minha escolha para sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Que teria levado os meus conterrâneos, agora nobres confrades, a conferir-me a honra de colocar-me a seu lado neste cenáculo, guardião de memória e das tradições culturais do nosso Estado?

Deveria eu tão grande prova de apreço à circunstância de figurarem entre os signatários da Ata de fundação do Instituto dois vultos estelares do nosso passado – Pedro Velho e Alberto Maranhão – a quem sou ligado por vínculos familiares?

Seria pelo fato de haver, como Governador, contribuído para ampliar os arquivos da memória potiguar ao pedir a Luís da Câmara Cascudo que escrevesse a História da Cidade do Natal, a História do Rio Grande do Norte e a Antologia de Pedro Velho?

Ou seria a iniciativa fruto da bondade dos meus conterrâneos, generosa manifestação talvez pelo que pude realizar a serviço da cultura nos governos da Cidade do Natal e do Estado, exercidos acima das limitações e contingências das injunções partidárias?

O fato é que recebo comovido e grato este galardão, em que identifico um nobre sentimento de justiça.

Na verdade, entendi sempre que qualquer obra de governo para ser digna desse nome, necessita estimular e prestigiar os valores intelectuais, artísticos e culturais, elementos básicos da vida e progresso de qualquer comunidade. Por palavras e obras fui fiel à orientação que me traçara, de manter a administração sempre atenta às conveniências norte-riograndenses. E uma barreira intransponível e sagrada permanentemente esteve erguida à frente do Governador, quando na concorrência com os interesses de qualquer facção estivessem colocados os da coletividade.

Foi mantido no Estado ambiente de liberdade e de garantias, alheio sempre e imune o governo às influências de qualquer natureza no respeito aos direitos e prerrogativas dos conterrâneos, sem distinções e sem exceções.

Por tudo isso, me foi possível terminar o Governo afirmando com absoluta convicção:

"Desconhecem-se em território norte-riograndense quaisquer formas de perseguição ou coação".

São decorridos mais de trinta anos, tempo suficiente para o início do julgamento da História. História da qual este Instituto é certamente o guardião e fonte para as gerações futuras de nossa província.

A REPÚBLICA NO BRASIL

Antes de chegar ao tema que me proponho expor, sobre Pedro Velho e a República no Rio Grande do Norte, vou me permitir breve digressão sobre a evolução da idéia republicana no Brasil.

O governo do povo, através de seus representantes, desde as lições de Platão e Cícero, muitos séculos antes de Cristo, até nossos dias, sempre constituiu aspiração coletiva a partir das comunidades da Grécia, passando pelos estados da Itália, na Idade Média, e tendo nas explosões da Revolução Francesa e na implantação da democracia Norte-Americana, seus exemplos históricos mais notáveis.

Independência e República foram idéias entrelaçadas desde a época do Brasil Colônia.

Nos séculos 17 e 18, foram seus precursores: Beckman, no Maranhão em 1684; Felipe dos Santos em Minas, em 1720; Bernardo Vieira de Mello em Pernambuco, em 1710, todos executados pelas autoridades da Colônia. Podemos considerar a revolução pernambucana de 1710 como a primeira tentativa de implantação de uma forma republicana de governo no continente americano, procurando seguir o modelo veneziano, o mais liberal daqueles tempos.

A tentativa de revolução dos Inconfidentes, em Minas, em 1789, na realidade não chegou a ser deflagrada, mas representou no entanto o início de um processo histórico importante, quando um grupo de idealistas, constituído por homens provenientes de todos os segmentos da sociedade – intelectuais, militares, funcionários, negociantes – sonhou com a liberdade de sua terra.

Os Estados Unidos acabavam de proclamar sua independência, e na França a queda da Bastilha espelhava o clamor pela liberdade, com o fim da monarquia e início da República.

As idéias francesas do iluminismo tiveram, certamente, grande influência no ideário dos autores da conjuração mineira. Muitos dos inconfidentes haviam estudado na Europa, como Alvarenga Peixoto, Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antonio Gonzaga e José Álvares Maciel. Sonhavam com a independência, a liberdade, o progresso da educação, a elevação do nível social. Foi um movimento de elite.

A traição de Silvério dos Reis e o martírio de Tiradentes, único a pagar com a vida por suas idéias, conferiram tom dramático ao episódio e trans-

formaram o Alferes em mito nacional e símbolo das idéias de libertação da Pátria.

Anos depois, no Rio, o Governo português prendia e condenava ao cárcere membros da Sociedade Literária, supostamente por dissertarem sobre assuntos políticos e analisarem as modificações ocorridas na França. Não chegou a haver qualquer intuito de sedição, mas o castigo de muitos anos de cárcere imposto a vários de seus membros demonstrava a intolerância das autoridades portuguesas e o receio de que pudessem vingar os princípios da Inconfidência Mineira.

Também na Bahia, em 1789, um grupo de negociantes, profissionais e militares planejou a proclamação de uma República que daria a brancos e negros igualdade de direitos. Foi a primeira revolução social no Brasil. O francês Larcher, em visita a Salvador, disseminara as idéias libertárias e republicanas da Revolução Francesa. Chefiada por Manuel Faustino dos Santos Lira, a Conjuração dos Alfaiates pregava abertamente a separação de Portugal e a implantação da República. Um manifesto anunciava a Instituição do Povo Baiense Republicano. A pronta reação militar das autoridades portuguesas esmagou o movimento, que resultou na morte de seis dos principais implicados.

Já a revolução pernambucana de 1817, embora de inspiração nitidamente republicana, se deveu também às profundas raízes do nativismo existente desde a expulsão dos holandeses, em 1654, e ainda à revolta pelos pesados impostos destinados a manter a pompa da Corte.

Vitoriosa a insurreição, foi constituído o Governo da República de Pernambuco que, inclusive, enviou emissários à Europa e Estados Unidos para conseguir apoio internacional ao movimento. Chefiava o governo Domingos José Martins, e o Secretário do Interior era o norte-riograndense Miguel Joaquim de Almeida e Castro – o Padre Miguelinho. O movimento durou poucos meses, tal a violência da reação do governo português.

Em Natal, André de Albuquerque Maranhão, coronel Comandande da Divisão do Sul, instala e chefia o Governo Republicano. A reação do Governo Imperial não tardou. Uma esquadra comandada por Lord Cochrane e tropas terrestres bloquearam Pernambuco.

Padre Miguelinho foi protagonista de um dos momentos mais altos vividos por um norte-riograndense em qualquer tempo, quando respondendo perante o tribunal de sangue, que devia julgá-lo, e interrogado pelo Conde dos Arcos que insinuava como maneira de salvá-lo que talvez não fossem suas as assinaturas apostas nos documentos da Revolução. "Não, diz Miguelinho com altivez, esta firma que aí se lê é minha e do meu próprio punho a tracei". Horas depois era arcabuzado.

O quadro de Antonio Parreiras, exposto no salão nobre do Palácio Potengi, fixa este momento de afirmação e grandeza.

Mas, a semente fora plantada, e seus frutos iriam culminar na revolução de 1824, com a Confederação do Equador.

Este movimento teve início com a reação dos pernambucanos à nomeação por D. Pedro I, de Francisco Paes Barreto para a Presidência da Província, em fevereiro de 1824, o que encontrou reação imediata de Joaquim do Amor Divino Rabelo, o Frei Caneca, e do então presidente da Junta Governativa de Pernambuco, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, revolucionário de 1817, fortemente influenciado pelo regime dos Estados Unidos onde se exilara após o fracasso da revolta.

Uma esquadra enviada pelo Governo para impor a posse do novo Presidente não teve êxito. A 2 de julho, foi feita proclamação convidando todas as províncias do Norte a separar-se do Governo Central, adotando a forma republicana de governo e adotando provisoriamente Constituição idêntica à da Colômbia. Nascia a Confederação do Equador.

Além de Paes de Andrade, destacam-se Cipriano Barata e Frei Caneca, jornalista inflamado e erudito, alma e mentor do movimento, defensor de um estado de liberdade sem limite.

A proclamação de 2 de julho convocava uma Assembléia Constituinte para reunir-se em agosto. A esta altura o movimento já contava com o apoio e a simpatia de províncias vizinhas, incluindo o Rio Grande do Norte.

Os combates culminaram com a tomada de Recife, em setembro de 1824 e a prisão dos revoltosos. Frei Caneca foi o primeiro a pagar, com a vida, a luta por suas idéias, ao lado de muitos outros, como conseqüência da ira de D. Pedro I. Este, ofendido em seu orgulho, negou-se a atender os numerosos pedidos de clemência, inclusive os da Marquesa de Santos. André de Albuquerque, ferido pelos monarquistas, é encarcerado no Forte dos Reis Magos, em Natal, onde agoniza sem assistência, morrendo na madrugada de 26 de abril de 1817.

Mais uma vez, Recife fora o centro das inquietações do povo, registrava episódios de reação à monarquia e tornava-se o centro irradiador dos sentimentos republicanos no Brasil.

Outros movimentos, como a Cabanagem, a Sabinada e a Balaiada, que eclodiram no Pará, Maranhão e Bahia, em 1835, 1837 e 1838, não passaram de revoltas locais, frutos da disputa pelo poder entre grupos, sem nenhuma conotação ideológica ou ligação com idéias republicanas.

Já a Revolução Farroupilha, a mais longa e importante de quantas agitaram o Império, teve nítida conotação republicana.

A República Riograndense foi proclamada a 10 de setembro de 1836, com sede na cidade de Piratiní. Bento Gonçalves, Davi Canabarro, Antonio

FARN

Neto, João Antonio, Bento Amaral, o italiano José Garibaldi e a catarinense Anita, sua mulher, são nomes incorporados à História, a serviço dos sentimentos libertários e republicanos.

A Guerra dos Farrapos desafiou a unidade do Império durante dez anos. O manifesto aos povos do Continente, lançado por Bento Gonçalves, em 1838, é documento de grande importância histórica e teve ampla repercussão. Nele é declarado "que o povo Riograndense reassume todos os intransferíveis direitos da consciência humana, constituindo-se em República Independente".

Debelada a revolta pelo Barão de Caxias, após 10 anos de guerra civil, voltou a paz ao Rio Grande, com a ampla anistia concedida aos Farroupilhas, reconhecidas pelo Governo muitas das reivindicações dos gaúchos.

As revoluções liberais de Minas e São Paulo nada tiveram a ver com as idéias republicanas. Foram frutos do inconformismo dos adeptos do Partido Liberal pela dissolução da Câmara dos Deputados, sendo debeladas por Caxias em poucos meses.

A revolução de fevereiro de 1848, na França, que resultou na derrubada de Luis Felipe pelo povo, repercutiria em Recife, no último movimento frustrado pelo Império: a Revolução Praieira. Pernambuco mantinha latente os sentimentos revolucionários, responsáveis pelas revoluções de 1817 e 1824, constituindo campo fértil para a propagação das novas idéias de libertação.

Mas, desta vez, o movimento não tinha origem em idéias republicanas, sendo baseado em sentimentos separatistas e, principalmente, sócio-econômicos, tendo em vista que a nobreza rural, dona das terras, exercia o completo domínio político e social da província, gerando a insatisfação da grande maioria marginalizada.

O Partido da Praia, surgido em Pernambuco como solução para a luta tradicional entre conservadores e republicanos, representava este espírito de insatisfação e revolta. Tendo como seu líder Pedro Ivo, o Capitão da Praia, e como seu ideólogo o jornalista Borges da Fonseca, o movimento foi debelado após um ano de guerrilhas. Foi a última revolta no Império entrando o Brasil, a partir de 1851, em nova fase, onde as idéias e os princípios republicanos eram propagados de maneira pacífica, até a Proclamação da República, em 1889.

Esta propaganda teve como ponto de partida o Manifesto Republicano de 1870, redigido por Quintino Bocayuva. Posteriormente, Silva Jardim, Alberto Torres, Aristides Lobo, Serzedelo Correia, Benjamin Constant, José do Patrocínio, Lopes Trovão, entre tantos outros, tiveram papel de destaque na propagação da idéia que culminaria com a implantação da República, a 15 de novembro de 1889.

A REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE

Pedro Velho nasceu em Natal, na Rua do Comércio, atual Rua Chile, no prédio que corresponde ao número 178, a 22 de novembro de 1856.

Iniciou seus estudos com o Professor Antonio Ferreira de Oliveira, em Natal. Aos 10 anos foi para o Colégio Pernambucano e em seguida para o Colégio Abílio, em Salvador. Terminado o curso ginasial, em 1873, iniciou o curso de medicina, concluído no Rio de Janeiro, em 1880.

Casou em 1881, na Matriz de São José, no Rio de Janeiro, com Dona Nila – Petronilha Florinda Pedroza – irmã de sua mãe. Residiu em Natal a partir de 1882. Inicia sua vida de médico, especializando-se em ginecologia e obstetrícia. Tinha 26 anos.

Toda a tradição de sua família era de atividades de comércio. Não pensava, aparentemente, em participar do processo político ou ocupar cargos públicos Mas vale a pena citar Tavares de Lira, que na sua História do Rio Grande do Norte afirma: "Nesta época Pedro Velho parecia um indiferente e no entanto era um revoltado que se preparava na reflexão e no estudo para descer, oportunamente, à liça, honrando pela sua ação patriótica a memória de seus antepassados que tinham em Jerônimo de Albuquerque, no tempo da conquista, e André de Albuquerque, na revolução de 1817, duas das figuras máximas da história norte-riograndense".

Com os irmãos Amaro Barreto e Augusto Severo, funda o Colégio Riograndense. Entre os alunos, o irmão mais moço, Alberto, e o futuro genro, Augusto Tavares de Lira. Aberta uma vaga na cadeira de História do Ateneu Norte-Riograndense, candidatou-se obtendo distinção no concurso. Nas suas aulas começou a revelar os dotes oratórios, que o tornariam famoso.

Seu irmão mais velho, Fabrício Maranhão, senhor de engenho, em Canguaretama, pertencia ao Partido Liberal, então no poder. O jovem médico e professor foi então nomeado Inspetor de Saúde Pública. Começa a ficar conhecido e popular em Natal. Já era pressentido, nas festas e reuniões que freqüentava, o carisma de sua forte presença e personalidade. Seu físico o ajudava. Como todos os Maranhão, era alto, forte, de cabeleira ondulada. Transmitia confiança e serenidade. Crescia a família, já nascidos cinco dos treze filhos que iria gerar.

Em fins de 1887, o movimento da abolição dos escravos empolgava o País. No Rio Grande do Norte, Mossoró dava o exemplo histórico da libertação. Pedro Velho apaixonou-se pela causa. Tornou-se coordenador do movimento ao criar a Sociedade Libertadora Norte-Riograndense, instalada a 1º de janeiro de 1888. Seu primo, João Avelino, iniciou desde então a catequese de Pedro Velho, sabidamente sem vínculos político-partidários, para a

causa republicana. E em dezembro de 1888, João Avelino escrevia a José Leão Ferreira Souto, norte-riograndense que fundara no Rio o Centro Potiguarense, sociedade declaradamente republicana: "– O meu primo, Dr. Pedro Velho, decidiu por-se à frente do Partido Republicano e muito fará porque tem inteligência, energia e força de vontade precisas". Já Tobias Monteiro, residente na Corte, havia pedido a Pedro Velho que chefiasse o movimento republicano no Rio Grande do Norte.

Diz Luis Manuel Fernandes Sobrinho, seu contemporâneo, em artigo publicado na Revista do Instituto, em julho de 1908, que "o Clube e o Partido devem sua existência a um único homem: Pedro Velho de Albuquerque Maranhão".

Assim, aos 32 anos, iniciava Pedro Velho a mais fulgurante carreira política de que há notícia em nossa província, interrompida somente pela morte, dezenove anos mais tarde. Logo, a 27 de janeiro de 1889, fundou o Partido Republicano do Rio Grande do Norte. O manifesto, redigido por Pedro Velho, continha 114 assinaturas.

Desde então, Pedro Velho dedicou-se inteiramente à causa republicana. Vivia absorvido pela propaganda e os contatos com lideranças, que conquistara para a causa. Mantinha correspondência com os republicanos do sul e do resto do Brasil. Achou indispensável a criação de um órgão de divulgação do movimento. Depois de muito esforço, editado nos prelos do "Correio de Natal", saiu a 1º de julho de 1889, o primeiro número de "A REPÚBLICA", cujo centenário o Instituto Histórico e Geográfico Norte-Riograndense comemora neste momento. Vinte números foram publicados até a proclamação da República.

Sua influência na conquista da simpatia dos indecisos e na propagação do movimento foi decisiva. O jornal, enviado para o Rio, São Paulo e outras cidades, aumentaria a notoriedade de Pedro Velho entre os próceres republicanos, em âmbito nacional. O Partido Republicano decidira apresentar, oficialmente, candidatos para a renovação da Assembléia Legislativa, a realizar-se em breve. É quando advém a surpresa da Proclamação da República, feita por Deodoro e anunciada por José Leão, em telegrama, a Pedro Velho que escreve imediatamente um boletim sob o título: "Purificou-se enfim o continente novo", publicado no "Correio de Natal".

Foram momentos de alegria incontida, mas também de muita perplexidade diante do futuro imediato e das reações que a súbita mudança poderia gerar.

Mas, à noite, novo telegrama do Ministro da Justiça do novo Governo, Aristides Lobo, dizia a Pedro Velho: "Assuma o governo – Proclame a República". E a 17 de novembro, no salão nobre do Palácio, o presidente da

Província, Antonio Basílio, passou o governo ao chefe do movimento republicano.

Não houve luta, nem violência, e o novo Presidente criou imediatamente uma Comissão Executiva para administrar a província. Após 19 dias agitados de organização e início de planejamento de governo, novo telegrama surpreendeu a todos. O Governo Provisório nomeara o paulista Adolfo Afonso da Silva Gordo, governador do Rio Grande do Norte. Pedro Velho aceitou com dignidade a injustiça e o absurdo da nomeação, fruto de injunções políticas inteiramente estranhas ao Estado, e não estimulou as exaltadas reações de seus partidários. Passou o governo a Adolfo Gordo no dia 6 de dezembro e viajou para o Rio, enquanto, como era natural, todas as forças que lhe eram adversas no Estado procuravam tirar proveito da situação, procurando minar o prestígio e a chefia emergentes de sua nova liderança.

Em 8 de fevereiro de 1890, novo Governador, Joaquim Xavier da Silveira Júnior, também paulista, substitui Adolfo Gordo. E Pedro Velho volta do Rio nomeado Vice-Governador, convencido o poder central de que somente sua liderança e prestígio poderiam consolidar a administração de um segundo governante, também inteiramente alheio ao ambiente provinciano. Silveira Júnior governou até 19 de setembro, substituído por Pedro Velho até 8 de novembro, quando tomou posse o terceiro governador nomeado, João Gomes Ribeiro, substituído em 11 de dezembro por Manoel do Nascimento Castro e Silva.

Xavier da Silveira Júnior presidira com imparcialidade e em clima de ordem as eleições de 15 de setembro de 1890, primeiras do regime republicano e primeiro teste das urnas para Pedro Velho e seus partidários.

A eleição vencida por larga margem consagrou a liderança de Pedro Velho. Elegeu-se deputado. Não tinha a idade legal para disputar a senatoria. Sua futura candidatura ao governo do Estado é lançada por seu partido. Mas uma atitude típica da independência e idealismo de Pedro Velho vem modificar o conturbado panorama político da Província. Enquanto os republicanos do Rio Grande do Norte indicavam o Marechal Deodoro da Fonseca como candidato à Presidência da República, Pedro Velho votava no civil Prudente de Morais, contra Deodoro. É imediatamente demitido do cargo de vice-governador que ainda mantinha, meses depois de eleito deputado.

Todos os seus amigos foram derrubados dos cargos federais, estaduais e municipais. Amintas Barros, nomeado governador a 28 de fevereiro de 1891, chefia o processo de desmantelamento das bases de Pedro Velho. E nas eleições de 10 de maio, este sofre derrota estrondosa. A 12 de junho, Miguel Castro é eleito Presidente do Estado. No Rio, no entanto, um fato novo modifica a situação. O Governo Deodoro dissolve o Congresso e abre

uma crise nacional, que culmina com sua renúncia a 23 de novembro de 1891, assumindo Floriano Peixoto.

Entre os 19 governadores depostos por terem apoiado a tentativa de golpe de Deodoro está Miguel Castro. E Pedro Velho surge novamente na crista da revolta popular. Assume o Governo uma junta governativa que dissolve a Assembléia e convoca novas eleições para 31 de janeiro de 1892. Pedro Velho vence as eleições de ponta a ponta. E a Assembléia Constituinte e Legislativa o elege Governador a 22 de fevereiro de 1892. Tinha 36 anos incompletos.

Terminava a fase das batalhas políticas, iniciadas três anos antes quando fundara, em Natal, o Partido Republicano, tinha início a fase da administração, da visão voltada para o progresso, da inconteste chefia que seria interrompida 15 anos mais tarde pela morte prematura, ainda em pleno apogeu e no exercício da mais completa liderança política jamais exercida por um norte-riograndense.

Diz Tavares de Lira: "Desde este momento até sua morte, não houve no Rio Grande do Norte empreendimento, nem iniciativas de ordem política ou administrativa que tenha sido estranha à sua ação segura, previdente, fecunda e patriótica".

Não irei analisar estes anos de fastígio, quer no Governo do Estado, quer na Câmara ou no Senado da República, uma vez que me propus focalizar em breves traços apenas a figura do implantador da República.

O fato é que Pedro Velho, desde 1892, influiu na escolha de todos os deputados, senadores e governadores de Estado. No Senado tinha prestígio inconfundível, ajudado pelos dotes de orador, cuja fama atingiu o auge quando, no Rio, no Hotel dos Estrangeiros, saudou de improviso a Rui Barbosa, quando este partia para Haia.

A FAMÍLIA

Relata Mestre Cascudo que Fabrício Gomes Pedroza, paraibano de Areia, fundou em 1847, em Guarapes, à margem do Potengí e a meio caminho entre Natal e Macaíba, um dos mais avassalantes e prestigiosos domínios comerciais de que há notícia no Rio Grande do Norte.

Seu braço direito, Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão, pernambucano de Nazaré, casou em 9 de dezembro de 1851, com Dona Feliciana Maria da Silva Pedroza, filha de Fabrício Velho. Dos quatorze filhos havidos desta união, nove homens e cinco mulheres, três se destacaram como próhomens da nossa Província, projetando-se no cenário político e social por sua inteligência e devotamento à causa pública e aos interesses maiores da comunidade. Eram eles:

Augusto Severo, nascido em 11 de janeiro de 1864, precursor da dirigibilidade aérea, construtor do "PAX", cuja queda em Paris interrompeu-lhe a vida inteiramente dedicada à conquista do ar;

Alberto Maranhão, nascido a 2 de outubro de 1872, o mais moço. Superiormente dotado, jornalista, político e administrador voltado para o futuro, tornou-se símbolo e paradigma da cultura norte-riograndense. Governou o Estado por duas vezes – de 1900 a 1904 e de 1908 a 1914.

Pedro Velho era o mais velho dos três. A educação dada por Amaro Barreto a seus 14 filhos foi de alto nível para a época. Amaro Barreto Filho, cujos pendores musicais eram acentuados, foi mandado estudar em Paris. A família, sob o cuidado extremoso da mãe, Dona Chana, formava um clã unido e solidário. Dona Luiza Florinda, terceira esposa de Fabrício Velho, era irmã de Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão que casou com Dona Feliciana Maria, Dona Chana, filha de Fabrício Velho e de sua primeira mulher. Fabrício Moço, filho de Fabrício Velho e de sua segunda esposa, casou com Dona Isabel Cândida, sua sobrinha, filha de sua irmã, Dona Chana. São meus avós. Pedro Velho, filho de Amaro Barreto e de Dona Chana, casou com sua tia, Petronilha Florinda, irmã de sua mãe.

Tais eram as ligações entre as famílias Pedroza e Albuquerque Maranhão.

O HOMEM

A fascinante carreira de Pedro Velho revela uma personalidade de inúmeras facetas: a inteligência privilegiada, o poder de cativar e de transmitir confiança, a alegria contagiante, a capacidade de resistência nas horas difíceis, tornaram-no chefe indisputado, possuidor do carisma somente concedido aos que nasceram para o comando. Orador fluente, jornalista de estilo inconfundível, muitas vezes apelando para a ironia, era emocional e romântico. Culto, leitor infatigável, amando os livros, característica de que nos dá notícia, em páginas comovedoras, seu sobrinho Domingos Barros que o acompanhou nos últimos momentos, a bordo do navio "Brasil", relatando que em sua última noite de vida, o enfermo pediu-lhe para ler trechos da "Gioconda", de Gabriel D'Annunzio, e da História da Revolução Francesa de Carnot.

Alguns de seus conceitos definem-lhe a personalidade, mesmo porque a fidelidade do homem à sua palavra, comprovada pelos fatos, foi característica marcante de sua trajetória política.

No artigo de apresentação da "República" dizia Pedro Velho: "A causa sagrada da pátria brasileira, o entranhado amor pelo pobre mas estremecido

torrão que nos serviu de berço, eis o nosso programa". Afirmava ainda "os filhos desta Província não têm pulsos para algemas nem coração para servilismos". Num de seus últimos discursos terminava com a frase, que é um resumo de toda sua existência:

"Hei de morrer como tenho vivido, limpamente".

Em sessão da Liga Patriótica Brasileira, dedicada à sua memória, realizada no Rio, a 15 de janeiro de 1908, Alcindo Guanabara traçou o seguinte perfil de Pedro Velho:

"A fidelidade inalterável às suas opiniões e princípios, a cordialidade dos sentimentos que o animavam para com os outros homens, a solidariedade inquebrantável para com os que lhe partilhavam a fé, a honestidade e a pureza do coração, a paixão das coisas superiores, essa contínua aspiração do bem coletivo que era o móvel supremo de sua ação, eis o que pode existir de imortal na parte humana do espírito, eis o que constituiu o fundo d'alma do amigo, cuja memória hoje aqui reverenciamos", e conclui afirmando: "ele foi um organizador da autoridade".

Câmara Cascudo dá o conceito definitivo:

"NINGUÉM O IMITOU – NINGUÉM O SUBSTITUIU".

Entre os documentos deixados por meu avô, encontrei diversas cartas que lhe foram dirigidas por Pedro Velho. Documentos preciosos que entreguei, em 1984, ao seu guardião natural, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Destaco duas destas cartas, pelo exemplo que representam.

Na primeira, em simples bilhete escrito em papel timbrado do Governo do Estado, dizia Pedro Velho a Fabrício: "O Antiochio arrumou-me umas cervejas que pelo preço da praça vão custar perto de 200$. Ora, um pobre empregado público (e eu para efeitos pecuniários não valho o último praticante da alfândega), no dia 27 do mês já está positivamente tísico. Não tenho remédio senão pedir-te que me arranje uns 150 fachos".

Na segunda, bate na mesma tecla ao dirigir-se ao cunhado: "Fabrício, mais trabalho do que permitem as minhas forças, menos dinheiro do que preciso para as minhas necessidades, que entretanto são modestas. Preciso de mandar hoje para o Rio 285$ e peço-te porque não os tenho. O capital em caixa, digo, no bolso do colete: 11$. Abraços. Pedro Velho".

O Chefe de Estado, governador todo poderoso, não dispunha de recursos para oferecer cerveja a seus convidados, ou saldar pequenos compromissos assumidos.

A comparação com os dias de hoje torna-se inevitável. Certamente outros tempos, outros costumes, outra moral. Pedro Velho deixou ao morrer como único bem a casa onde viveu. Pude, como Governador, resgatar uma dívida dos norte-riograndenses para com seu filho maior. Contou-me Câma-

ra Cascudo, que em 1909, seu busto fora inaugurado provisoriamente diante da Assembléia Estadual, na rua Junqueira Aires, na pequena praça que chamávamos de "Square Pedro Velho", enquanto não fosse terminado o serviço da terraplenagem da Praça Pedro Velho, em Petrópolis. Em 1956, 47 anos depois, em solenidade cívica de grande emoção, fiz transportar o busto para o local escolhido, onde permanece até hoje.

Antes de terminar, devo dizer-vos que vejo na escolha do intérprete do Instituto para saudar-me mais uma prova de carinho que me é proporcionado. Disse Aristóteles, "entre amigos não há necessidade de fazer se justiça". Alvamar Furtado de Mendonça, figura humana admirável, representando o que existe de melhor na cultura de nosso Estado, é mais que um amigo. É um participante e uma testemunha constante de minha vida e, principalmente, do meu relacionamento com nossa Província. Conhece como ninguém as forças telúricas que me prendem à nossa terra, o orgulho de ter podido servi-la, as preocupações permanentes com seu desenvolvimento e a melhoria das condições de vida de sua gente obstinada e acolhedora, forte e generosa.

Sabe Alvamar que estou convencido como Proust de que as coisas que construímos ao longo do caminho com dedicação e fé, permanecem indestrutíveis. É por isto que também estou aqui, para em vosso convívio recuperar o tempo passado no Rio Grande do Norte, certamente o mais precioso de minha vida.

Eis, em rápidas pinceladas, o que me ocorre dizer nesta solenidade, nas palavras singelas de quem não é literato, nem historiador.

Que elas possam traduzir, na sua simplicidade e desalinho, a gratidão que devo ao gesto magnânimo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte de me acolher em seus quadros, num gesto que me honra, comove e desvanece.

Em sua companhia confirmarei que História não é o passado. É o tempo, naquilo que representa de essencial. O passado nos conduz ao tradicionalismo, ao culto dos mortos. O tempo nos leva à própria Vida.

Muito obrigado.

Discurso proferido por ocasião da posse como sócio correspondente do
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte
Natal, 11.07.89

LUÍS DA CÂMARA CASCUDO – O AMIGO

Meus Senhores:

É com emoção que me encontro hoje neste recinto venerável do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a convite do seu ilustre Presidente, para evocar a lembrança de Luís da Câmara Cascudo.

Como todo brasileiro, partilho do sentimento de respeito e admiração conquistado por este sodalício com o trabalho fecundo que desenvolveu durante 149 anos, em favor da memória nacional. É obra inestimável, vista e sentida nos arquivos e biblioteca que nos cercam, constituindo patrimônio imenso de cultura e de história, que os responsáveis de hoje não apenas conservam, mas enriquecem e ampliam.

Mas, pessoalmente, guardo por esta instituição antigo e sentimental motivo de apreço.

Jovem ainda, na década de 30, tive na velha Livraria Imperial da rua São José, meu primeiro contato com um trabalho do Instituto. Ali encontrei os cinco volumes da sua "Revista", contendo os Anais do Primeiro Congresso de História Nacional, realizado de 7 a 16 de setembro de 1914. Folheando a obra monumental, encontrei logo em seu pórtico, o nome de Augusto Tavares de Lyra integrante da Comissão Executiva, e um dos Secretários do Congresso.

Escusado dizer que adquiri a obra, que em seus milhares de páginas contêm o Brasil na densidade de sua história desde o Descobrimento até o alvorecer deste século, focalizada em todos os seus aspectos – econômico, militar, político, diplomático, literário, artístico, constitucional, administrativo, arqueológico, num imenso e abrangente painel, que ocupa lugar de honra em minha biblioteca.

Tavares de Lyra foi, assim, involuntário introdutor de minha admiração pelo Instituto. Como podemos recordar, ele foi norte-riograndense dos mais ilustres, cuja trajetória o levou da cátedra a governador, a senador, a Ministro da Viação e Obras Públicas, e Ministro do Tribunal de Contas da União. Figura poliforme de político, administrador, jurista e historiador, a ele se deve a primeira História do Rio Grande do Norte. Com Tobias Monteiro, autor da História da Independência e do Império, e com Rodolfo Garcia, que publicou a História Geral do Brasil e foi o primeiro potiguar eleito para a Academia Brasileira – ele forma a tríade dos grandes historiadores norte-riograndenses, nomes familiares aos integrantes desta Casa.

Mencionados, assim, os laços de respeito e de admiração que há muito me ligam ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, devo falar-vos agora sobre Luís da Câmara Cascudo, atendendo à gentileza do convite que me foi formulado.

Não vou evocá-lo como vulto maior da literatura do Rio Grande do Norte deste século. Sob este aspecto tudo já foi dito, por pessoas da mais alta qualificação intelectual, por estudiosos e por homens de letras.

Meu depoimento será sobre o Amigo e o afetuoso relacionamento que estreitamente nos ligou ao longo de 45 anos de convivência.

Ao iniciá-lo, tenho presente Voltaire, ao afirmar que a amizade de um grande homem é um benefício dos deuses.

Eu tive este privilégio.

Tudo começou quando voltei à minha terra, nos idos dos anos 40. Foi uma decisão pessoal, que, aparentemente inexplicável, surpreendeu a sociedade na qual convivia, no Rio de Janeiro. Casado, recém-formado em Direito, destacando-me na prática do tênis e do pólo, parecia ter à minha frente, na então capital do País, uma vida marcada pelo sucesso. Tudo, porém, de repente, passava a dar-me a impressão de vazio. Parecia-me estar vivendo fora do ambiente ao qual realmente pertencia. E voltar ao Rio Grande do Norte foi a solução que adotei, como se movido por uma força irresistível. Tinha 24 anos, e foi a decisão mais acertada de minha vida. Ao deixar o meu Estado, 14 anos depois, após servir à minha terra e à minha gente como Prefeito de Natal, Deputado, Presidente da Assembléia Legislativa, Vice-Governador e Governador, podia considerar cumprido o meu destino. O resto chegou por acréscimo, como dizem as Escrituras. A parte importante, a parte real, porém, vinha comigo na lembrança inapagável dos dias idos e vividos, das alegrias e dissabores, de algumas incompreensões, mas de muitas amizades, cimentadas no cotidiano do serviço público e no convívio dos conterrâneos que me abriam suas portas e o seu coração.

Logo depois de chegar a Natal, veio-me às mãos um dos primeiros livros de Cascudo – "Histórias que o Tempo Leva", escrito em 1934, aos 23 anos de idade. Dele recordo, até hoje, o conto "As Lágrimas do Capitão-Mor", rolando dos olhos de Pedro Mendes de Gouveia, Comandante do Forte dos Reis Magos, em 8 de dezembro de 1633, ao ver subir ao mastro do forte conquistado a bandeira da Holanda. Quis conhecer o historiador.

PRIMEIRO ENCONTRO

Recordo até hoje, com emoção, nosso primeiro encontro, quando a diferença de nossas idades se media por vinte anos. Recebeu-me como se nos tivéssemos encontrado na véspera.

Falou-me de meu Pai, de quem tinha sido amigo, de meu avô Fabrício Pedroza – Fabrício Moço – Intendente de Natal, cunhado de Pedro Velho. Relembrou o entrelaçamento dos Pedroza com os Albuquerque Maranhão.

Fez com que me sentisse consciente de ter nas veias o sangue daqueles pró-homens da história potiguar, de Augusto Severo, do grande Alberto Maranhão – o Mecenas, com o qual futuras comparações tanto me orgulhariam. Foi um encontro marcante, único, definitivo. E nunca mais deixei de conviver com Cascudo.

Naquele encontro contou-me que, ao examinar-me em História do Brasil, no velho Atheneu Norte-riograndense, ao ser perguntado sobre o que fizera Pedro Alvares Cabral para comunicar ao Rei de Portugal o descobrimento do Brasil, eu havia respondido com absoluta convicção: "Passou um telegrama". Confesso que não me lembrava do episódio, mas tive de aceitá-lo como verdadeiro. E ao inaugurar, em 1956, a Rua Câmara Cascudo, ao saudá-lo acusei-o de bruscos acessos de incompreensão, inexplicáveis, não admitindo a evolução incessante do progresso, pois eu mesmo havia sido vítima desses eclipses na inteligência lúcida do Mestre, quando prestara exame de História do Brasil...

Eram, assim, repassados de intimidade e bom humor, os momentos de nossa quase diária convivência.

Recordo, ainda, com emoção, os encontros em que o então jovem Prefeito expunha suas idéias de renovação, na época cercadas pela incompreensão de muitos. O Mestre, em sua mesa de trabalho, afastava para o lado os originais de um novo livro, para debruçar-se sobre o esboço da construção da Avenida Circular, a ser conquistada às dunas pelos "bulldozers" trazidos pela Guerra a Parnamirim. E opinava, sugeria, comentava, entusiasmado, trazendo o apoio, o estímulo e o incentivo de que eu tanto necessitava.

Lembraria, ainda, a defesa do Pelourinho como símbolo da Cidadania, a procura da chave do Velho Forte, depois entregue à Prefeitura em solenidade festiva.

Reviveria a memória de muitas tardes, quando ao fim de uma jornada de trabalho no Palácio Potengi – nome escolhido de comum acordo com o Historiador da Cidade – fugia para o seu convívio afetuoso para, juntos, ouvirmos Beethoven. Ou de quando percorríamos Natal, à procura do melhor local para assistir ao inigualável pôr-do-sol da nossa Cidade. Chegamos à conclusão de que o mais lindo é o que se avista do patamar da Igreja do Rosário, quando o crepúsculo cai sobre a Redinha, na confluência do Rio Potengi com o oceano, ao lado do Forte dos Reis Magos. Ou de quando visitávamos, em noite de luar, as estátuas de Natal, saudadas pelo grupo que incluía, entre outros, Nilo Pereira e Gilberto Osório. E das longas conversas

no que chamávamos de Universidade de Iemanjá, em Pirangi, a traçar planos de apoio à inteligência norte-riograndense, aos prêmios literários, à publicação de livros, à ajuda à Academia e às instituições culturais. Homenageando a praia belíssima, Cascudo datou de "Terra de Iemanjá em Pirangi, a 6 de março de 1949" uma de suas obras monumentais, a "Literatura Oral", dedicada a Nilo Pereira. Sem esquecer, ainda, a busca aventurosa, em jipe veterano, através das dunas de São Bento, do marco de São Roque, ali chantado, em 1501, por Gaspar de Souza.

A história deste monumento que Cascudo considerava o mais antigo marco de posse do Brasil começou nesta Casa quando o então Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, em sessão ordinária, em 10 de outubro de 1890, anunciou a existência de um marco colocado junto ao Cabo de São Roque, no Rio Grande do Norte, e propunha que o Instituto conseguisse com o Ministro da Instrução Pública a sua remoção para o Rio de Janeiro.

O marco não tinha nenhuma inscrição ou data, apresentando na sua face posterior uma cruz da Ordem de Cristo, em cima de uma espécie de escudo, no qual estão as quinas portuguesas em cruz, e fora colocado, afirmando a soberania de Portugal, pela expedição enviada por D. Manoel para visitar as terras que Pedro Álvares Cabral descobrira no ano anterior. A armada saiu de Lisboa a 10 de maio de 1501 e regressou a 22 de julho de 1502 e era comandada por Gaspar de Lemos.

A mesma esquadra, descendo a costa na direção sul, colocou o segundo marco em Cananéia. Este é em tudo idêntico ao de São Roque, e, trazido para o Rio de Janeiro em 1866, está sob a guarda deste Instituto.

Visitei o marco de São Roque junto com Cascudo, em junho de 1955. Encontramo-lo transformado em objeto de culto, literalmente coberto de fitas, rosários, flores e rodeado de **ex-votos** de madeira e barro, cenário de peregrinações provenientes não só do Estado mas também do Ceará e da Paraíba.

Fui de opinião que deveria ser transportado para Natal e entregue à guarda do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Hoje o monumento integra o museu existente na histórica Fortaleza dos Reis Magos.

Recordo, ainda, a inauguração da Praça da Jangada, com as mãos de Cascudo acionando, alegremente, o estratégico interruptor colocado no banco destinado aos namorados, para reduzir a luz do poste incômodo situado muito perto...

Lembro-me quando, ao lado do povo, nos seus festejos tradicionais, participávamos das Lapinhas, dos Bumba-meu boi, da Nau Catarineta.

Veríssimo de Melo conta que nunca entrei na casa de Cascudo pela porta: sempre pulava a janela. E interpretava o fato como uma prova de que,

mesmo sendo Governador do Estado, eu queria demonstrar que continuava a ser o seu aluno do velho Atheneu. Mas o que eu gostava mesmo era de ver, quando isso acontecia, a expressão surpresa e feliz do Amigo incomparável, cujo convívio compensava, em muito, as frustrações do Governante face ao imediatismo, às intrigas e ao freqüente vazio das longas horas palacianas.

Com Cascudo, aprendi que folclore é fonte inesgotável de exaltação da história do povo, de suas artes plásticas, de sua música, acompanhando o desenvolvimento da atividade coletiva.

Percebi como era possível e lógico ser-se tradicionalista dentro do nosso tempo, sem abjurar o conforto e sem esquecer o progresso diário e as conquistas tecnológicas.

Com ele, senti que o Brasil precisava manter sua fisionomia nacional baseada na cultura popular, sem descurar ou diminuir a divulgação da cultura geral, nos sentidos universitário e universal do termo.

Sempre achei que devíamos sentir o povo, não como a entidade abstrata, luminosa, que aparece na retórica das praças e dos parlamentos, mas como elemento humano, real e imediato, na sua trajetória cotidiana, nos seus sonhos, nas suas alegrias, nas suas amarguras, nas suas esperanças.

Há três anos me referia ao folclore, quando do lançamento do livro "Pensamento e Ação", contendo a história de minha vida política, na Casa de Cultura São Saruê, transformada, pela inteligência, pelo idealismo e pela ação de Humberto Peregrino, em prolongamento e extensão do território norte-riograndense em Santa Tereza.

Dizia, então, que nas salas encantadas de São Saruê revivia as emoções nascidas do povo, de sua alma simples, e traduzidas nas criações de arte com que alegram o cotidiano de suas vidas, na sua música, na sua literatura oral e de cordel, nas suas danças e nos seus cantares. Este mesmo povo que trabalha com o material do seu dia-a-dia, criando, em sua simplicidade primitiva, os bonecos de pano e capim, os bois e cavalos de barro, os chapéus de palha e couro, atestando a eternidade humana em sua continuidade.

E nem podia pensar de outra maneira, porque os anos passados na Inglaterra nunca modificaram o menino de fazenda que fui, vivendo as horas autênticas do dinamismo sertanejo, aprendendo a nadar nos rios e açudes ou a derrubar os touros nas tardes inesquecíveis das vaquejadas.

O HISTORIADOR DA CIDADE DO NATAL

Quando Prefeito, fui o único brasileiro a comparecer, em 1948, a um Congresso de História, na cidade de San Juan, capital de Porto Rico. Uma

das recomendações finais do encontro foi de que fosse cultivada a memória das cidades capitais do Continente Latino-Americano, e nelas se nomeasse um Historiador Oficial.

Em meu regresso, assinei Decreto que criava o cargo de Historiador da Cidade do Natal, e nomeava Luís da Câmara Cascudo para exercê-lo, **em função honorífica e gratuita.**

No discurso que fiz, por ocasião da entrega do título, disse que se tornava fácil para mim a execução da recomendação, porquanto a cidade do Natal já tinha o seu grande e incansável Historiador, e só nos competia consagrar, de direito, aquilo que já existia de fato, reconhecido e proclamado por todos os natalenses. Estes viam na figura de Luís da Câmara Cascudo o "Hércules amarrado às ameias da Fortaleza dos Reis Magos", – no dizer do poeta Otoniel Menezes, o guardião zeloso de nosso passado histórico, seu maior e mais autorizado intérprete – captando e irradiando, da Província para todo o País, tudo o que fomos na constante de uma história repleta de feitos heróicos e imorredouros...

A HISTÓRIA DA CIDADE DO NATAL

Em 1947, encomendei a Cascudo a "História da Cidade do Natal", com a primeira edição publicada pela própria Prefeitura, em impressão modesta. Tornou-se um clássico do gênero.

Uma segunda edição foi publicada pela Editora Civilização Brasileira, em 1980, já esgotada, infelizmente.

Ênio Silveira assinala, no prefácio, que o historiador e o poeta estavam juntos, inseparáveis, nessa crônica de amor e bem querer.

A HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

Já no Governo do Estado, em 1954, solicitei a Cascudo que escrevesse a "História do Rio Grande do Norte". Eram decorridos mais de 30 anos da publicação do livro de Tavares de Lyra. Muito havia a acrescentar. Não podíamos, também, ignorar os amplos níveis de desenvolvimento dos estudos históricos e políticos no Brasil, a partir das décadas de 30 e 40. Na "História do Rio Grande do Norte", assinala Américo de Oliveira Costa, Cascudo estabelece o processo de evolução social e política do território, afirmando-se, resistindo, avançando dos precários organismos comunitários, desde as iniciais células de fixação, após as rudes manhãs da conquista, da expulsão dos invasores, da colonização. E Cascudo inova, ainda, quando divide o livro

FARN

por assuntos, esgotados em cada capítulo, facilitando a pesquisa pela condensação dos aspectos relevantes de cada setor característico do Estado. Tive a honra de prefaciar a 2ª edição, publicada no Rio de Janeiro em 1984.

Na verdade, ninguém conhecerá o Rio Grande do Norte sem ler essa História. Em suas páginas, palpitam os sonhos, as lutas e as realizações da gente potiguar.

Depois de publicada a "História da Cidade do Natal" e a "História do Rio Grande do Norte", eu brincava sempre com Cascudo, dizendo-lhe que ele precisava ser meu eleitor convicto e entusiasmado, de vez que havia ganho muito pouco escrevendo a "História da Cidade do Natal", e algo mais com a "História do Rio Grande do Norte", e prometia: – se chegar a Presidente da República, vou lhe encomendar uma História do Brasil, em 24 volumes, e aí você fica rico!.

OS AMIGOS

Inumeráveis eram os amigos e admiradores do Mestre, em todos os rincões do País.

Em Natal, Cascudo unia em torno de si, como centro indisputado da cultura norte-riograndense, todos os valores intelectuais de nossa geração, numa convergência natural. Ir à sua casa era conviver com Américo de Oliveira Costa, que escreveu o clássico "Viagem ao Universo de Câmara Cascudo", que nos leva ao mundo do Mestre e o retrata em estilo impecável, sobre todos os aspectos, desvendando, com carinho, a riqueza da personalidade e a universalidade de sua obra; Zila Mamede, poeta dos maiores, tornada pesquisadora para publicar o magnífico e apaixonante estudo sobre os 50 anos de vida intelectual de Cascudo; Diógenes Cunha Lima, com o retrato de corpo inteiro, no livro "Câmara Cascudo, um Brasileiro Feliz", onde o define como o homem que fala a linguagem da sabedoria universal com sotaque nordestino; Veríssimo de Melo, que afirmava ser Cascudo "um marco neste século que está findando". Dentro e fora do Rio Grande do Norte. Ele inundou de sabedoria e inteligência este País, com a sua obra vasta e sólida, porque toda ela erguida sobre fundamentos de ciência e de verdade. Foi um modelo de intelectual completo: orador fluentíssimo, escritor de estilo próprio e inconfundível, historiador preocupado com as fontes autênticas de informação, "causeur" inigualável, amigo mais do que generoso e fraterno. Nunca mais se fará outro Cascudo!"; Alvamar Furtado de Mendonça, que via em Cascudo o "Estranho Fenômeno de um Homem", que, em torno de si mesmo, refletia a vida e as idéias de seu povo. E, ainda, Enélio Petrovich, Edgard Barbosa, Manoel Rodrigues, Onofre Lopes, Carlos Lyra, Oswaldo de Souza, Gumercindo Saraiva, e tantos e tantos outros.

Entre os inúmeros amigos que não moravam em Natal, destaco Nilo Pereira – de intimidade fraterna, que escreveu, depois do desaparecimento de Cascudo, páginas de comovedora beleza, recordando o Mestre.

NOSSA CORRESPONDÊNCIA

Em 1958, deixei minha terra para percorrer os largos caminhos do mundo. Afastei-me, então, fisicamente, do Amigo. Mantivemos, porém, o contato através de cartas, que conservo na sua maioria, e testemunham a continuidade do nosso convívio nesse período.

Trabalhador infatigável, Cascudo, além dos 150 livros publicados, ainda achava tempo de escrever aos amigos.

Mesmo quando residia em Natal e podíamos estabelecer contato através de simples telefonemas, ele preferia mandar-me pequenos bilhetes. Um exemplo:

"Doutor Prefeito e Governador da Cidade:
Rogo a graça de perdoar a hospedagem de cinco colegas de muita gente, que estão recolhidos ao curral da Prefeitura porque se escaparam das mãos fiéis do peticionário Severino Amaral, portador deste. Apesar de não confiar no prestígio do Historiador da Cidade, aí tem o requerimento sem selo e nas esperanças do deferimento.
Câmara Cascudo"

Vale explicar que em Natal, nos idos dos anos 40, ainda encontrávamos, em liberdade, nos bairros mais distantes, bois e jumentos. A lei municipal determinava a apreensão dos animais e seu recolhimento a curral público, onde, depois do pagamento de multa, eram devolvidos a seus donos. Daí o pedido de Cascudo, referente aos "colegas de muita gente". É lógico que os burros foram soltos...

Uma característica do Mestre: escrevia diretamente na máquina portátil, que ocupava o centro de sua mesa de trabalho.

Nas cartas, sem exceção, conviviam, no seu estilo inconfundível, o bom humor, o carinho e a alegria de viver que emanavam de sua personalidade.

Cito apenas trecho de um bilhete, que dará idéia da ternura com que se comunicava com o amigo mais moço. Dirigia-se, em 29 de março de 1977,

– a Sylvio, maluquinho querido – e, depois de expor o assunto que o levava a escrever-me, terminava com a frase:

"Deus o abençoe e Satanás não o esqueça com alguma tentação especial. Seu velho Luís".

Era este o clima de nossa correspondência.

Em novembro de 73, escrevi uma carta muito especial a Cascudo.

Aos 55 anos, eu fazia um balanço de minha vida e dizia-lhe que os meus momentos mais autênticos e marcantes tinham sido os passados em sua companhia, em Natal.

E terminava dizendo:

"e a Você, que é a própria terra, volto e voltarei sempre, em pensamento, quando distante, ou subindo os degraus do sobradinho para beijar as mãos do Mestre e pai".

Recebi resposta emocionada. Já, então, os vinte anos de diferença começavam a se fazer sentir, e, de minha parte, crescia, a cada dia, o respeito em relação àquele homem telúrico, iluminado de grandeza, ainda em vida, glória e símbolo do Rio Grande do Norte.

Outro detalhe de sua correspondência: as diversas formas utilizadas pelo Mestre, ao assinar as cartas, praticamente não se repetiam. Ora, assinava Luís da Câmara Cascudo, ora simplesmente Luís. Ou então Luís Natal, e, ainda, Luís do Sobradinho. Nestas duas últimas assinaturas, transcendiam sua vinculação à Cidade que tanto amou e ao lar, sua fortaleza e refúgio provinciano, onde plantara suas raízes, de onde emanava sua presença constante e imorredoura no panorama da cultura brasileira.

Quero referir-me, finalmente, à troca de cartas que encerrou nossa correspondência. Tinha Cascudo 83 anos. Fugia-lhe a saúde. Surdo e quase cego, lia com dificuldade os bilhetes escritos em grandes caracteres por sua dedicada e infatigável Dahlia. O **causeur** incomparável já não ouvia. O esteta, aquele que foi o poeta da hora mágica do crepúsculo, já não via o pôr-do-sol na confluência do Potengi com o mar. Eu não tinha nenhuma viagem programada a Natal. Para comunicar-me com o Amigo, escrevi uma breve mensagem de carinho e encorajamento. Fi-lo numa grande cartolina, com letras de imprensa de 5 cm de altura, para que pudesse entendê-las. Um mês depois recebi a resposta, transformada em milagre. A única carta manuscrita que recebi do Mestre, e, sem dúvida, a última que escreveu.

Leio trechos da carta de Dahlia, que melhor descrevem o fato:

"Sylvio,

seu prestígio e afetividade para com o Luís surpreenderam-nos. Há mais de ano e meio ele não escreve; limita-se à assinaturas de seu

nome, desde que lhe sobreveio a catarata. Apreciou tanto a carta do seu amigo Sylvio, a jovialidade incomparável de seu espírito, que lhe fez superar todo esse tempo de retraimento da escrita e eis que o vejo tomar a caneta e diretamente expressar seu pensamento. Para mim, foi uma festa, um acontecimento emocional de alegria. Pela primeira vez, após decorridos quase 2 anos de total retraimento da correspondência pessoal, as cartas recebidas passaram a ser acusadas por mim, o vejo tomar a caneta e, num gesto espontâneo e natural, dirigir-se ao Sylvio, pedindo-me apenas que eu fizesse o endereço. Surpresa e feliz, olhei a sua letra **certinha** e não uns "rabiscos", como poderia imaginar. Deu-se o milagre pelo impulso do bem querer e incentivo do seu ex-aluno, cuja ausência e distância jamais interferiram em sua lembrança e afetividade. Sou-lhe grata por isso. A amiga de sempre

Dahlia"

E o cartão de Cascudo, que guardo como relíquia:

"Sylvio querido.
Respondo e agradeço seu bilhetinho, que tão profunda onda de alegria sentimental provocou na mensagem do "cajueiro maior do mundo", ingrato a quem o valorizou no Tempo e no Espaço. Votos de felicidade a si e aos seus. Bênção com água de Pirangi.
Afetuosamente

Câmara Cascudo"

O "bilhetinho", referido com o habitual bom humor, tinha apenas dois metros de altura por um de largura!

Ao encerrar estas reminiscências de um convívio de 45 anos, desejo, ainda, registrar a importância da presença de Cascudo na minha obra de governo. Deu-me apoio, interesse e estímulo à filosofia política e moral que imprimi à minha administração no Rio Grande do Norte. Poucos sabem como isso foi precioso e necessário quando eu feria antigos costumes políticos da terra, ao declarar que, em primeiro e altíssimo plano, colocaria meu dever para com a comunidade norte-riograndense, e afirmava que o exercício do mandato de Chefe de Estado impunha responsabilidades acima das limitações e contingências das injunções partidárias, e que uma fronteira, intransponível e sagrada, sempre se elevaria frente ao Governador quando, na concorrência com os interesses de seu próprio partido, se colocassem os da coletividade. E que manteria no Estado um ambiente de liberdade e garantia, alheio e imune o Governo às influências de qualquer natureza que pudessem ferir o respeito aos direitos e às prerrogativas de meus conterrâ-

FARN

neos. Eu sabia que não seria fácil nem tranqüilo tal itinerário para quem, imbuído da dignidade dessas convicções, se dispunha intransigentemente a percorrê-lo. Daí, quando eu quebrava tantos tabus, a importância do apoio de um homem como Cascudo. Por isto posso afirmar hoje, com emoção, que nunca deixei – Prefeito, Governador ou simples cidadão – de sentir a meu lado a permanente, profunda, amiga e generosa presença de Luís da Câmara Cascudo.

PALAVRAS FINAIS

Disponho-me a falar agora, em poucas linhas, da obra do Mestre cujo **encantamento,** como diz Enélio Petrovich, ocorreu há um ano. Faço-o descartando os profundos laços de carinho e admiração que me ligaram a Cascudo.

Historiador, folclorista, sociólogo, etnólogo, antropologista, ensaísta – que poderia dele dizer que já não tenha sido dito?

Autor de mais de uma centena de volumes, versando temas das áreas citadas, entre eles avultam, como dos livros mais expressivos da cultura nacional, o "Dicionário do Folclore Brasileiro", "Cultura e Civilização", Geografia dos Mitos Brasileiros", "Canto de Muro", "Literatura Oral no Brasil", "Folclore do Brasil", "Meleagro", todos indispensáveis ao conhecimento das nossas raízes tradicionais. Por seu apego à terra, onde nunca deixou de viver, é que tanto o respeitamos e amamos, como símbolo da memória viva de sua gente.

Cascudo é, realmente, manancial inesgotável de cultura, que nos proporciona surpresas como, por exemplo, os seus personagens do mundo animal, no livro "Canto de Muro", onde nossos familiares bichos nordestinos – a coruja Sofia, o sapo Fu, o rato Go e o morceço Quiró – nada ficam a dever ao mangusto Rinkki-tikki, à ave marinheira Derza, ao rato almiscareiro Chuchindra e à cobra Nag, os bichos indianos dos contos imortais de Rudyard Kipling.

No crepúsculo glorioso de sua rica e fascinante existência, Luís da Câmara Cascudo já era um homem símbolo. Ele reviveu a nossa história, deu vida aos nossos grandes mortos, estimulou os jovens, projetou nossa terra dentro e fora das fronteiras do País, sonhou nossos sonhos e cantou nossas canções.

Sua presença preencheu mais de meio século de existência de nossa Província. E, na realidade, atingiu, em vida, a imortalidade que hoje todos lhe consagramos.

A Fundação José Augusto, órgão responsável pela política cultural do Rio Grande do Norte, sob a direção do jornalista Paulo Macedo, também

grande amigo de Cascudo ergueu o Memorial Luís da Câmara Casc contendo uma estátua do homenageado, em tamanho natural, fixada s uma palma de mão, que representa o carinho do Rio Grande do Norte com o seu filho.

No antigo prédio, em estilo neo-clássico, está instalado o Centr Estudos e Pesquisas do Memorial, com equipamento áudio-visual e te sor para projeção de filmes sobre a vida de Cascudo, além de uma exp ção de fotografias e todas as suas obras catalogadas, à disposição dos tudiosos e pesquisadores.

Tenho certeza de que, com a compreensão e cooperação de sua f lia, irão sendo transferidos, pouco a pouco, para esse Memorial, a riquíss documentação onde se inclui a correspondência com todos os vultos d telectualidade brasileira e outros objetos que testemunham toda uma de trabalho cultural.

Durante esta evocação sentimental – com a qual, confiante em v amizade e compreensão, certamente coloquei à prova vossa paciênc chamei Luís da Câmara Cascudo de Mestre, ou apenas, de Cascudo. na verdade, os que privavam da sua amizade o tratavam apenas pelo nutivo carinhoso que tão bem combinava com sua simplicidade: para t nós, era o "Cascudinho" – o homem símbolo, ensolarado, sobre o qual, terminar, quero aplicar as palavras de Göethe, citadas pelo próprio Mest

"Eu sou o que sou. Se assim te sirvo, aqui estou".

Muito obrigado.

Discurso proferido, por ocasião do transcurso do 1º Aniversário de falecimento do escritor Lu Câmara Cascudo, na sessão promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o In Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Rio, 19.08.87


F000231